

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

91F = 7.3
D01



O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E A MODERNIZAÇÃO DA
ATIVIDADE SALINEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE

NADJA SUELY SOUSA DE LIMA

NATAL/2000. 2

NADJA SUELY SOUSA DE LIMA

**O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E A MECANIZAÇÃO DA
ATIVIDADE SALINEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE**



**Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, ministrada pela
Professora Denise Mattos Monteiro, do
Curso de História da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte, sob a orientação
da Professora Denise Mattos Monteiro.**

NATAL/2000

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido forças para superar todas as dificuldades, me guiando em cada passo para a realização deste trabalho.

A minha mãe, pelo seu incentivo e apoio em todo decorrer do curso.

Ao meu pai(In Memoriam), ao meu avô materno(In Memoriam).

A minha avô materna que eu Amo;

Ao meu noivo César que é hoje tão especial em minha vida, pelo seu apoio e conforto em todos os momentos;

Agradeço aos meus tios Antônio, Eunice e Dalila pelos incentivos;

Em especial, à minha orientadora Denise Mattos Monteiro pela sua dedicação e paciência em todo decorrer deste trabalho;

À professora Aurinete Girão, pela pessoa maravilhosa que ela é;

Em fim, ao núcleo de estudos Históricas.

A handwritten signature in black ink, featuring a large, stylized initial 'C' that loops back and then extends into a long, sweeping line that tapers off to the right.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
1. A ATIVIDADE SALINEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE DOS SÉCULOS XVII AO XX	4
2. O PROCESSO INDUSTRIAL NO BRASIL DO SÉCULO XIX À DÉCADA DE 1950	14
2.1. A evolução do processo industrial.....	14
2.2. A política econômica industrial na década de 1950.....	19
3. A INDÚSTIA QUÍMICA NO BRASIL E A MODERNIZAÇÃO SALINEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE	24
3.1. A expansão da indústria química.....	24
3.2. A modernização da atividade salineira no Rio Grande do Norte e suas transformações.....	26
4. CONCLUSÃO	32
5. BIBLIOGRAFIA	34

Utilizamos ainda fontes primárias como o Jornal "A República" do qual foram consultados exemplares referentes ao ano de 1960, e o Jornal "Diário de Natal", referente ao ano de 1972, importante pois nos forneceu informações sobre a construção do terminal salineiro para beneficiar o processo de expansão do parque salineiro do Rio Grande do Norte. Contudo, a pesquisa nesses jornais nos forneceu informações sobre o processo de modernização da indústria de sal potiguar.

O trabalho está dividido em três capítulos, englobando a evolução da produção salineira no Rio Grande do Norte do século XVII, até o século XX quando ocorreu a modernização desse setor econômico no estado. O primeiro aborda a evolução da atividade salineira no Rio Grande do Norte, com o fim do monopólio colonial sobre o sal no Brasil, de forma a entender-mos como se deu o aumento na demanda do sal no país, que afetou, assim, a produção de sal norte-rio-grandense.

No segundo enfoca o processo industrial no Brasil do século XIX à década de 1950, quando o desenvolvimento do parque salineiro do Rio Grande do Norte foi influenciado pela política econômica industrial do governo Juscelino Kubitschek que, expandindo o setor químico brasileiro, implicou na modernização do setor salineiro potiguar.

O terceiro capítulo trata da evolução da indústria química brasileira e o desenvolvimento da indústria de sal no Rio Grande do Norte, enfocando as transformações advindas da modernização dessa atividade no estado.

I- A ATIVIDADE SALINEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE SÉCULO XVII AO XX.

O sal é um produto de grande importância por ser essencial para a vida humana, devido aos seus múltiplos usos para a fabricação de produtos ^{industriais} ~~na indústria~~, incluindo-se a indústria de alimentos, a de couro, de óleo, de papel, de vidro e, principalmente, a indústria química.

A exploração salineira desde a pré-história até os dias atuais, foi aumentando para suprir a demanda causada pelo crescimento da população humana e do desenvolvimento industrial. Segundo SOUSA, “as utilidades, as propriedades e a importância do produto, foram as responsáveis pela manutenção de sua exploração e expansão sempre ligados a evolução da humanidade”.¹

Na História do Brasil, observa-se que o sal teve sua exploração limitada nos primórdios da colonização brasileira.

Essa exploração foi possível com a “ocupação econômica das terras americanas devido à expansão comercial da Europa”,² a partir do século XV. Países como Portugal buscavam novas rotas comerciais para a obtenção e escoamento de produtos luxuosos como as especiarias; que tinham grande demanda e alto preço no mercado europeu.³

Essa expansão comercial fazia parte de um esquema mais amplo que era o da política mercantilista, desenvolvida pelos estados europeus. Essa política tinha como princípio o acúmulo de metais preciosos como a base da riqueza de uma nação.

O sistema colonial implantado no Brasil por Portugal, no contexto da política mercantilista europeia no século XV, implicou no monopólio do comércio colonial. No dizer de NOVAIS,

“O monopólio do comércio das colônias pela metrópole define o sistema colonial porque é através dele que as colônias preenchem a sua função histórica. isto é. respondem aos estímulos que lhes deram origem. que formam a sua razão de ser. enfim. que lhes dão sentido”.⁴

¹ SOUSA, Márcia Maria Lemos de. A política salineira e o Rio Grande do Norte. p. 36.

² FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. p.6.

³ MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. História econômica. p. 167.

⁴ NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: Carlos Guilherme (Org.). Brasil em perspectiva. p. 51.

Alexandre do
 Com o monopólio, a metrópole tinha exclusividade de comercializar com suas colônias, entre elas o Brasil, controlando a circulação de mercadorias e a remessa de riquezas. A exclusividade do comércio colonial pelas suas respectivas metrópoles, no chamado pacto colonial, proporcionava a esta última a oportunidade de obter os produtos de que necessitava e de exportar os seus manufaturados. Todos os benefícios e “lucratividade” desse comércio eram transferidos para a metrópole.

Tendo em vista essa política monopolista do sistema colonial, Portugal se beneficiou com o monopólio de alguns setores, restringindo-os economicamente. Assim,

“Procurava-se impedir a produção de qualquer gênero que não interessasse diretamente à metrópole e seu comércio, ou que fizesse concorrência à sua produção nacional. Assim se deu com o cultivo da oliveira, da vinha (duas das principais riquezas de Portugal), e das especiarias (em particular pimenta e da canela) que vinha interferir com o comércio asiático e os interesses metropolitanos no Oriente”.⁵

Dentre as várias atividades econômicas descritas anteriormente, que foram afetados pelo monopólio, podemos destacar ainda a extração do pau-brasil, o cultivo do tabaco, a pesca da baleia, a extração do ouro e, especificamente, o que interessa em nosso estudo, a extração do sal. Este teve sua produção interna proibida. “O sal constituía monopólio da coroa, tendo sido um dos mais pesados e onerosos que a colônia teve de suportar, pois afetava um gênero de primeira necessidade, encarecendo-o consideravelmente”.⁶

Esse controle da produção salineira prejudicou o desenvolvimento dessa atividade dentro da colônia em prol da indústria salineira portuguesa que era uma das mais importantes deste país.

A exploração do sal no Rio Grande do Norte continuou progredindo devido ao beneficiamento desse produto, que crescia em função do desenvolvimento das indústrias de couro e carne de charque na região do Rio Grande do Sul. Essas “oficinas” de carne de charque ou carne seca foram fundadas no século XVIII, primeiramente na capitania do Rio Grande do Norte aproveitando-se da abundância de gado e das melhores salinas do Brasil.

⁵ PRADO Jr. Caio. História econômica do Brasil. p. 54.

⁶ Ibid. p. 104.

Em consequência da limitação da exploração salineira imposta por Portugal, as “oficinas” foram impedidas de continuarem funcionando.⁷

Esse impedimento foi reforçado ainda devido as oficinas do Rio Grande do Norte abastecerem Pernambuco somente com carne seca, o que ocasionou a falta de gado destinado ao abastecimento de carne verde à população pernambucana. Em 1787 a fabricação da carne seca ficou restrita apenas ao Ceará, que também fabricava a carne seca e não havia sido afetado com a proibição do funcionamento de suas “oficinas”.

A “oficina” de carne seca foi “transportada” para o Rio Grande do Sul no final do século XVIII, em 1780, por José Pinto Martins. O Rio Grande do Sul passou a liderar o fabrico da carne seca e utilizou-se do sal do Rio Grande do Norte, proporcionando o progresso da atividade salineira do Nordeste, especificamente no Rio Grande do Norte, até o início do século XIX.⁸

A população da colônia enfrentou os altos preços do sal vindos de Portugal, e a dependência da produção portuguesa. Para Caio Prado Jr., “a repressão ao contrabando se tornava difícil e de uma forma completa, impossível”.⁹

No século XVIII, a economia europeia entrou numa nova fase que afetou os países Ibéricos em seus domínios coloniais. Segundo o autor citado, essa transformação ocorreu com o “aparecimento do capitalismo industrial em substituição ao antigo e decadente capitalismo comercial”.¹⁰

A indústria capitalista se expandiu, surgiram as fábricas e, com elas houve um grande aumento na produção de manufaturas. A expansão capitalista mostrou-se incompatível com o Antigo Sistema Colonial que através do pacto colonial, restringia o acesso aos mercados consumidores de manufaturas e produtores de matéria-prima, e conseqüentemente às relações mercantis. O livre comércio entre os mercados mundiais, tão

⁷ MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos geopolíticos e antropológicos do Rio Grande do Norte. p. 97-98.

⁸ SANTOS, Paulo Pereira dos. Evolução econômica do Rio Grande do Norte. p.65.

⁹ PRADO Jr. Caio. Op. cit. . p. 104.

¹⁰ Ibid. . p. 123.

necessário para essa nova economia européia, enfraqueceu a política de restrições de Portugal frente a sua colônia e ao monopólio colonial.¹¹

A antiga colônia portuguesa teve suas primeiras oportunidades de tornar-se independente. A isso veio juntar-se a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, sede da colônia.

“Em 1807, para forçar a adesão de Portugal ao bloqueio continental decretado contra a Inglaterra, os exércitos napoleônicos invadem e ocupam o reino. O regente D. João, que governava em nome de sua mãe demente, a Rainha D. Maria, resolve, depois de longas hesitações entre a adesão ao sistema napoleônico e a fidelidade a sua aliança tradicional, a Inglaterra, emigrar para a sua colônia americana”.¹²

D. João VI ao instalar-se no Brasil assinou o decreto que abriu os portos da colônia a todas as nações, franqueando-as ao comércio internacional livre, resultando na abolição das restrições econômicas impostas por Portugal.¹³

Diante disso, as atividades econômicas foram estimuladas. Incluindo-se aí a exploração do sal em salinas do Rio Grande do Norte, localizadas na foz do rio Açu e Mossoró.¹⁴ Essa produção destinava-se a abastecer os mercados de Pernambuco e do Centro-Sul do Brasil.

O fim do monopólio português sobre o sal, possibilitou o reerguimento da “indústria” salineira na capitania do Rio Grande do Norte. Mas, “O aparelhamento rudimentar das salinas onerava o custo da produção e rebaixava a qualidade do produto, pelo que a concorrência do sal europeu, mais barato e melhor preparado, decretou a decadência da nossa indústria”.¹⁵

¹¹ Ibid. . p. 125.

¹² Ibid. . p. 126.

O “bloqueio continental” foi decretado por Napoleão Bonaparte em 1806, em Berlim. Foi um bloqueio econômico que vetava o comércio inglês na Europa.

¹³ Ibid. . p. 127.

¹⁴ A'RBOCZ, I.T.L. Ensaio sobre a História econômica do Rio Grande do Norte . p. 31.

¹⁵ Ibid. . p. 31.

O descompasso da atividade salineira no Brasil, com relação ao desenvolvimento dessa atividade na Europa, se deveu à política de restrições portuguesa.

Aos poucos as condições de recuperação das salinas potiguares foram sendo possíveis. A partir do final do século XIX, mais exatamente, em 1886, houve um aumento e desenvolvimento industrial dos estabelecimentos salineiros. Segundo A'RBOCZ, "esse impulso se deveu à criação do imposto protecionista de 10 réis por litro de sal importado".¹⁶ Mediante esse imposto, os comerciantes passaram a empregar seu capital na indústria de extração de sal nacional, beneficiando a atividade extrativa no Rio Grande do Norte no conjunto das salinas de Macau, Mossoró e Areia Branca.

Em 1890, o sal destacou-se na economia do Rio Grande do Norte, constituindo-se no principal produto de exportação, em quantidade, exportação essa que se fazia sobretudo pelo porto de Macau.¹⁷

Nesta fase a indústria extrativa do sal foi submetida ao monopólio exercido através da chamada "Concessão Roma", por Antônio Coelho Ribeiro Roma, proprietário da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Açu. A Companhia teve direitos exclusivos na exploração de salinas em terrenos devolutos, em detrimento dos proprietários locais, como se pode observar pelas Cláusulas 5^o e 6^o, do contrato firmado entre a Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Açu e o governo do estado Ferreira Chaves, em 13 de Agosto de 1897:

"- Os contratantes poderão entrar em acordo com os demais exportadores e produtores para o fim de auferirem as vantagens e sujeitarem-se ao contrato, ficando, os que se recusarem ao acordo, obrigados a pagar pelo sal que exportarem um imposto equivalente a metade da taxa fixada no orçamento da união para a entrada do sal estrangeiro.
- Os exportadores e produtores de sal, querendo, poderão entregar ao contratante, pelo tempo do presente contrato, para exploração do cloreto de sódio (sal de cozinha) e outros produtos químicos, os terrenos, embarcações e utensílios que possuírem destinados à mencionada exploração, procedendo acordo sobre o valor das mesmas."¹⁸

¹⁶ Ibid. , p. 31.

¹⁷ SANTOS, Paulo Pereira dos. Op. cit. , p. 103.

¹⁸ SOUZA, Itamar de. A República Velha no Rio Grande do Norte(1889-1930) , p. 25-26.

As cláusulas definem o caráter monopolista da concessão Roma, desde a produção até a comercialização do sal, proporcionando lucros a empresa executora do monopólio, em prejuízo das demais produtoras.

A renovação do contrato em 28 de agosto de 1901 resultou no golpe final nos produtores locais do mercado salineiro no Rio Grande do Norte, prejudicados com uma política salineira estadual que concentrava os benefícios em uma única companhia de exploração de sal.

Segundo SOUZA, em 1904, sob o governo de Tavares de Lyra, a indústria salineira do Rio Grande do Norte sofreu com a concorrência do sal importado da região de Cadiz, na Espanha, que era utilizado sobretudo pelos charqueadores do Rio Grande do Sul.

A necessidade de superar essa crise concorrencial fez o governador do estado (Tavares de Lyra), tomar medidas para tentar recuperar a posição do sal do potiguar no mercado brasileiro. Assim, através da Lei n 234, de 6 de setembro de 1905, ficou estabelecido que :

“Artigo 1º – Fica o governador autorizado a conceder ao sindicato de salinheiros que se organizar no estado de acordo com a legislação Federal um prêmio que consistirá em duas partes do rendimento de exportação do sal durante o exercício.

Artigo 2º – Para que o sindicato possa ter direito a esse favor é necessário:

- a) Manter uma frota, de vapores e navios a vela, de vinte mil toneladas de capacidade, com a qual será obrigada a fazer o transporte de sal e de mercadorias de produção e consumo do estado entre todos os mercados de sua escala devendo, pelo menos, um dos vapores tocar duas vezes por mês no Porto de Natal;
- b) Exportar, anualmente, no mínimo, quatrocentos e cinquenta mil alqueires de sal, de cento sessenta litros;
- c) Dar saída a vinte e cinco por cento, pelo menos, de sal velho;
- d) Procurar abrir novos mercados internos e externos...¹⁹

Conforme o artigo 5º da mesma lei, o sindicato dos salinheiros deveria se organizar de acordo com a legislação federal e exigências desta lei; caso o sindicato não venha a se organizar, o governo poderá mediante aos interesses do tesouro, mandar colocar anualmente em hasta pública o imposto de exportação do sal para a arrematação.

¹⁹ Ibid. , p. 28.

Essa política de incentivo à exploração salineira teve resultados negativos. Conforme cita SOUZA, as exigências estabelecidas por esta lei, principalmente no que concerne ao transporte- “uma frota de vapores e navios a vela, de vinte mil toneladas de capacidade impossibilitou a formação de um sindicato pelos salineiros locais”.²⁰

Diante disso, ^{mas} foi publicado⁵ editais de concorrência para a arrematação do imposto sobre o sal, resultando no monopólio do sal pela empresa concorrente, a Companhia de Comércio e Navegação do Rio de Janeiro.

Isto continuou causando a falência de muitos produtores de sal, frente às vantagens obtidas pela empresa contratante. Esta se beneficiava por exportar o sal para outras regiões do Brasil com imposto de dois réis por quilo, enquanto que outras empresas locais que não se submeteram ao monopólio, pagavam ao estado vinte réis por quilo de sal exportado.²¹

A Companhia de Comércio e navegação conseguiu manter sua posição privilegiada, renovando seu contrato devido à ligação à políticos do estado com a companhia; como foi o caso de Alberto Maranhão, que foi advogado da então companhia.

O fim do monopólio do sal no período da República Velha se deu em 1914, sob o governo de ~~Ferreira~~ Chaves que, considerando esse monopólio lesivo aos interesses do estado e prejudicial à indústria salineira potiguar, tomou medidas visando estimular a indústria local.²²

Assim foi decretada uma redução da taxa cobrada pelo estado sobre a exportação do sal, que passou de 30 réis para 10 réis.²³ Houve, então, um aumento na produção e a quantidade de sal exportado, em 1915, aumentou para 100 milhões.

Esse aumento teve ainda como causa a primeira guerra mundial. Essa guerra interferiu de forma negativa na produção e exportação de sal pelos países da Europa e a produção brasileira de sal, mas também de açúcar e algodão, cresceu e passou a abastecer o mercado europeu. Com isso, tais produtos tiveram que industrializar-se para atender a demanda européia.²⁴

A indústria do sal no Rio Grande do Norte, passou a utilizar máquinas mais aperfeiçoadas(como, por exemplo, na captação da água para a obtenção do sal.), o que

²⁰ Ibid. . p. 29.

²¹ Ibid. . p. 29.

²² Ibid. . p. 33.

²³ Ibid. . p. 33.

²⁴ SANTOS. Paulo Pereira dos. Op. cit. . p. 130.



possibilitou o aumento da quantidade de sal exportado nesse período pelos portos de Areia Branca e Macau, como mostra a tabela abaixo:

Tabela I
Rio Grande do Norte: Produção salineira de 1915/1919.

Anos	Exportação
1915	93.347.701. k
1916	118.641.111. k
1917	141.908.148. k
1918	148.928.938. k
1919	146.123.903. k

Fonte : MARIZ, Marlene da Silva. A revolução de 1930 no Rio Grande do Norte. . p.38.

Apesar do progresso na atividade salineira no Rio Grande do Norte, de 1915-1919, na década de 1920 os índices de exportação diminuíram, devido o sal potiguar voltar a enfrentar a concorrência do sal espanhol, que era de melhor qualidade.

Frente a essa ameaça de falência da indústria salineira do estado, SOUZA afirma que,

“A fim de melhorar a qualidade do nosso sal, o governador José Augusto assinou um contrato com a firma Pereira Carneiro e Cia limitada para a instalação de uma usina beneficiadora de sal na cidade de Macau. O produto beneficiado por esta usina gozava do abatecimento de 50% do imposto de exportação, quando se destinasse aos portos de Natal até o Amazonas, e de 20% quando fosse exportado para mercados do Sul, Natal e até Bahia. (Lei n 657, de 24 de Outubro de 1927)”.²⁵

No governo de Juvenal Lamartine (1928-1930) foi criada a Inspetoria Geral de Salinas no Rio Grande do Norte, cujo objetivo era dirigir a produção e exportação do sal no estado.

²⁵ SOUZA, Itamar de. Op. cit. . p. 34.

Nesse período “o Estado possuía nos municípios de Arês, São Gonçalo, Canguaretama, Macau, Assú, Areia Branca e Mossoró, 68 salinas com 2.261 Cristalizadores que, por sua vez, mediam 4.873. 621 metros quadrados”.²⁶

Apesar de algumas medidas governamentais de apoio à atividade salineira do Rio Grande do Norte, esta ressentia-se ainda da falta de transporte adequado para o escoamento do sal. Apesar desse problema a exploração do sal continuou progredindo. Em 1937, a exportação chegou a 307. 169 t, segundo A`RBOCZ.²⁷

Esse progresso se deveu à expansão das salinas e a uma melhoria da tecnologia de produção, com a instalação de moinhos a vento e melhor divisão das salinas.²⁸

No período compreendido entre 1930 e 1945, a produção do sal no estado sofreu uma retração devido à diminuição da navegação de cabotagem, em decorrência da eclosão da segunda grande guerra.²⁹

As consequências dessa guerra foram superadas no decorrer da década de 1950. A indústria química no Brasil, que utilizava o sal para a produção de seus diversos produtos, expandiu-se e exigiu uma maior quantidade do produto para atender à necessidade do consumo.

Essa expansão foi resultado da política econômica implantada pelo presidente da república Juscelino Kubitschek, que no seu governo (1956-1961) estimulou a industrialização brasileira. Segundo SOUSA, “Esse necessário aumento de produção dependia de uma exploração racionalizada e da melhoria da qualidade do sal, e ambas requeriam a mecanização do trabalho das salinas brasileiras”.³⁰

²⁶ Ibid. . p. 35.

Cristalizadores- Local onde a água do mar ou do rio é cristalizada através do processo de evaporação. para a obtenção do sal marinho.

²⁷ A`RBOCZ. I.I.L. Op. cit. . p. 48.

²⁸ Ibid. . p.48.

Moinhos de Vento- instrumento técnico que o salinciro utiliza para obter a água na produção do sal.

²⁹ Ibid. . p. 49.

³⁰ SOUSA. Márcia M. Lemos de. Op. cit. . p. 49.

As salinas do Rio Grande do Norte estavam despreparadas para atender a uma maior demanda de sal, exigida pela indústria química. Os proprietários das salinas foram obrigados a modernizá-las para evitar a crise do setor salineiro do Estado e, a falência da atividade. Essa modernização mudou os rumos da economia salineira do Rio Grande do Norte, nas décadas de 1950 e 1960.

No segundo capítulo abordaremos o processo de industrialização no Brasil, assim como a evolução do processo industrial, do século XIX à década de 1950.

2- O PROCESSO INDUSTRIAL NO BRASIL DO SÉCULO XIX À DÉCADA DE 1950.

2.1- A EVOLUÇÃO DO PROCESSO INDUSTRIAL.

Em linhas gerais, a industrialização é um processo que resulta de determinadas mudanças que ocorrem dentro de um sistema econômico, ou seja, “a industrialização só se concebe numa situação de crise do sistema que lhe dará origem, e se define como uma solução possível para essa crise, através da rearticulação do sistema”.³¹

Observa-se que no Brasil do final do século XIX, caracterizado por uma economia de base agrária-exportadora, a industrialização foi resultado de vários fatores, dentre os quais se destaca a crise da produção cafeeira, devido às condições do comércio internacional que se reorganizava a partir da Segunda metade do século XIX.³²

Essa reorganização implicava em várias mudanças fundamentais que estavam em marcha, como a utilização industrial da energia elétrica, o surgimento do capital monopolista e a formação de impérios coloniais sobretudo na África e Ásia, tendo como centro países pioneiros na industrialização a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha.³³

Frente a essas mudanças externas, que implicava em uma Segunda revolução industrial, o Brasil com uma economia agrária-exportadora iria iniciar portanto, o seu processo de industrialização.

No decorrer do século XIX, cada região brasileira tinha sua própria economia, não existindo uma integração entre as diferentes regiões.

Assim, surgiram algumas indústrias regionais que atendiam apenas às necessidades locais. Segundo CANO, “As regiões Nordeste, Sul e Sudeste possuíam “indústrias” artesanais, de pequeno porte, inexistindo um mercado nacional e uma competitividade de produtos entre essas regiões. Os recursos reunidos por cada região, garantiam a produção e diversificação de suas indústrias e foi responsável pelo beneficiamento e desenvolvimento dessas regiões, ocasionando as condições para concentrar o processo industrial no país.”³⁴

³¹ COHN, Gabriel. Problemas da industrialização no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme.(Org.). Brasil em perspectiva. p. 284.

³² Ibid. . p.285.

³³ SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica do desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira, p. 211.

³⁴ CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, p. 61.

Isto ocorreu com a economia cafeeira, que impulsionou o desenvolvimento capitalista industrial no Brasil, devido à acumulação de capital gerada pela produção e comercialização do café.³⁵

Nesse quadro, a região Sudeste destacou-se graças à economia cafeeira, que dinamizou a região proporcionando as condições para um desenvolvimento industrial acelerado frente às demais regiões, o que terminou por gerar “desequilíbrios regionais” no Brasil contemporâneo.

As lavouras de café utilizaram inicialmente trabalho escravo. Em 1850, o tráfico de escravos para o Brasil foi interrompido, ocasionando a decadência desta forma de trabalho no país e criando grande demanda de mão-de-obra nas regiões cafeeiras em expansão.³⁶

Essa demanda foi, em um primeiro momento, resolvida com trabalhadores escravos vindos da região Nordeste do Brasil. Segundo GAREIS, “impossibilitadas de importar escravos, as lavouras de café que se expandiam procuraram utilizar o braço escravo para as funções essenciais, empregando nas tarefas complementares a força de trabalho nativo.”³⁷

A busca da mão-de-obra escrava dentro do Brasil(fora das regiões cafeeiras) ajudou a sustentar esta forma de trabalho, que ainda era encontrada em 1855 em muitos latifúndios de São Paulo. Mas, a compra de escravos fora das regiões cafeeiras, não era suficiente para manter a mão-de-obra de que necessitavam as lavouras de café em expansão.

O incentivo à imigração estrangeira foi dado antes mesmo da extinção do trabalho escravo no Brasil e havia latifúndios que mantinham trabalhadores livres agregados à terra, cultivando-a para seu próprio sustento. GAREIS afirma que a condição de agregado à terra desses trabalhadores mudou pois “à medida que ocorreu o desenvolvimento da lavoura comercial, os grandes proprietários de terra começam a retomar as terras que os

GUIA
³⁵ GAREIS, Maria da Cruz Santos. A expansão cafeeira e a modernização da economia brasileira, p. 96. Sobre desequilíbrios regionais no Brasil. Veja-se: MOREIRA, Raimundo. O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização.

³⁶ Ibid., p. 99.

³⁷ Ibid., p. 99.

camponeses exploravam para seu próprio sustento.”³⁸ Assim, estes trabalhadores agregados ficaram as margens do mercado de trabalho para as plantações de café.³⁹

A vinda dos trabalhadores imigrantes europeus como trabalhadores assalariados para substituir os escravos na lavoura de café, principal produto de exportação do Brasil, em acelerada expansão no mercado mundial, contribuiu para o alargamento do nascente mercado consumidor interno e para a expansão de estabelecimentos industriais de pequeno porte, como a indústria de tecidos de algodão.⁴⁰ Com a intensificação da produção do café, o trabalho assalariado cresceu, enquanto que a abolição das relações de produção escravistas, avançava, embora de forma lenta.

A concorrência de produtos industriais importados consumidos pela parcela da população de maior poder aquisitivo, formado sobretudo pela oligarquia cafeeira, dificultava uma maior expansão das indústrias em desenvolvimento no Brasil, da década de 1880.

Outra dificuldade na expansão dessas indústrias de pequeno porte foi a falta de uma política industrializante. Segundo COHN, “uma preocupação básica nas diretrizes da política econômica era a sustentação do setor exportador tendo em vista protegê-lo das oscilações do mercado internacional para seus produtos.”⁴¹

Mesmo com esses obstáculos e as dificuldades inerentes a uma economia dependente das condições do mercado externo, a indústria nacional beneficiou-se de certa forma dos altos preços dos produtos industrializados importados, pois isso impulsionou a produção industrial no país, na tentativa de substituir aqueles produtos. Assim,

“Tudo isso sugere que o primeiro meio século de crescimento industrial no Brasil caracterizou-se fundamentalmente pelo seu caráter não integrado e relativamente “espontâneo”, no sentido de não resultar tanto da ação de um empresariado industrial organizado e coeso, nem, muito menos, de uma ação estatal deliberadamente voltado para o apoio à industrialização, mas de fecundação de um núcleo econômico excepcionalmente sensível por uma série

³⁸ Ibid., p. 99.

³⁹ Ibid., p. 100-101.

⁴⁰ Ibid., p. 104-105.

⁴¹ COHN, Gabriel. Problemas da industrialização no século XX. In: Mota, Carlos Guilherme (Org.) Brasil em perspectiva, p. 293.

de condições propícias ao aparecimento de uma indústria progressivamente voltada para a substituição de importações.”⁴²

Apesar das condições locais favoráveis ao avanço do processo industrial na região Sudeste, como a constituição de um mercado interno consumidor e a disponibilidade de renda e mão-de-obra, foi somente com a eclosão da primeira Guerra Mundial, que aquele processo se consolidou, pois os países beligerantes que tinham o Brasil como mercado para suas manufaturas tiveram sua produção interrompida.

A indústria nacional brasileira teve então um aumento na capacidade de produção dos artigos importados e a “modificação mais sensível foi a transferência para o primeiro lugar das indústrias de alimentação que passam de 26,7% da produção em 1907, para 40,2% em 1920,”⁴³ tendo ainda se destacado as indústrias de tecidos.

Segundo SUZIGAN, as indústrias que se desenvolveram a partir da primeira grande Guerra Mundial sofreram diversificações no investimento industrial. Assim esse investimento, antes concentrado em indústrias ligadas à atividade agro-exportadora (como a indústria de sacaria para embalagem do café), voltou-se para a “produção de bens intermediários, como cimento, ferro e aço, produtos químicos, fertilizantes, papel e celulose, etc., e bens de capital, incluindo máquinas e equipamentos.”⁴⁴

Depois de 1914, o impulso da industrialização beneficiou-se com a crise do setor cafeeiro. Os interesses desse setor exportador eram mantidos através da manipulação da taxa de câmbio, para a manutenção do preço do café diante das suas baixas no mercado internacional, ou seja, sobrevivendo uma queda nas exportações, efetuava-se uma desvalorização da moeda nacional, favorecendo a oligarquia cafeeira. A partir de 1920, com a política visando a recuperação da taxa de câmbio, o setor cafeeiro foi afetado com a queda do preço do café no exterior e a não cobertura cambial no mercado nacional.⁴⁵

⁴² Ibid. . p.294.

⁴³ PRADO Jr., Caio. História econômica do Brasil. p.261.

⁴⁴ SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento. p. 246-247.

⁴⁵ MOREIRA, Raimundo. O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização. p.26.

Assim, no pós-guerra, houve um grande salto na diversificação industrial impulsionado pela necessidade de satisfazer o crescimento do mercado interno e pela proteção e ajuda governamentais.⁴⁶

A crise de 1929, abalou profundamente a economia cafeeira, com uma grande queda nas exportações de café. Desta forma, ocorreu uma transferência dos recursos do setor agrário-exportador para o setor industrial, especificamente aquele instalado na região Sudeste.⁴⁷

A economia brasileira foi redefinida e o parque industrial consolidou-se no processo de substituição das importações. Essa nova fase de desenvolvimento industrial, se deu às custas de profundas mudanças que afetaram a cafeicultura de exportação, em suas relações econômicas com o exterior.

Tendo em vista essa conjuntura econômica devido à crise do setor mercado externo, “entre 1929 e 1937 enquanto as importações caíam em 23%, a produção industrial acusou um aumento da ordem de 50%.”⁴⁸

Segundo SINGER, a crise de 1929 e a depressão, que a ela se seguiu, causaram no Brasil uma baixa na produção industrial no período de 1928 a 1932-33, “há divergências entre as diversas fontes a respeito do ano em que começou a recuperação, mas não há dúvida que esta se deu em grande estilo, resultando ao fim da década na duplicação do nível de produção industrial”,⁴⁹ aproveitando-se da queda da oferta externa de suprimento total de indústrias como a de borracha, a indústria metalúrgica e a de papel.

⁴⁶SUZIGAN, Wilson. Op. cit. . p. 247.

⁴⁷ Ibid. p. 27.

A Crise de 29. ocorreu nos Estados Unidos no dia 24 de Outubro de 1929. causando a queda da bolsa de Nova York. e transformou-se em uma grande crise econômica que afetou diversos setores como a agricultura, indústrias e bancos norte americanos. Atingiu diversos países que relacionavam-se economicamente com os Estados Unidos.

⁴⁸ COHN, Gabriel. Op. cit.. p. 297.

⁴⁹ SINGER, Paul. Op. cit.. p.217.

Observamos, portanto, que o setor industrial brasileiro desenvolveu-se mediante um intenso processo de substituição de bens importados de países industrializados.

A partir de 1930, esse setor passaria a ser beneficiado pela intervenção do estado, através de políticas econômicas industrializantes, e investimentos de capital estrangeiro.

2.2- A POLÍTICA ECONÔMICA INDUSTRIAL NA DÉCADA DE 1950

Na década de 1950, o Brasil teve um acelerado crescimento industrial, graças a um projeto econômico que visou à diversificação produtiva do país.

Um programa de desenvolvimento industrial foi traçado em 1956 pelo então presidente Juscelino Kubitschek, com o apoio da burguesia industrial brasileira que associou-se ao governo federal para a obtenção do capital necessário ao planejamento de novos rumos da industrialização.⁵⁰

Essa política econômica fundamentou-se na “ideologia desenvolvimentista”, que almejava o desenvolvimento econômico brasileiro acelerado através da consolidação da industrialização brasileira. Segundo BRUM, o “desenvolvimentismo centrado no desenvolvimento econômico seria o meio de alcançar o progresso do país, assim como “diminuir a distância de nível de industrialização e renda em relação aos países considerados desenvolvidos.”⁵¹

A execução dessa política econômica se deu com base num programa de metas, que, segundo BENEVIDES tinha como principal objetivo “acelerar o processo de acumulação aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtoras”⁵², tendo em vista ainda a melhoria do nível de vida populacional com a abertura de empregos e a modernização do país.

Esse programa de metas, que iria proporcionar uma efetiva expansão do setor industrial, dividiu-se em :

⁵⁰ MOREIRA, Raimundo. Op. cit., p.57.

⁵¹ BRUM, Argemiro J. Desenvolvimento econômico brasileiro, p.232.

⁵² KUBITSCHKEK, Juscelino. Citado por BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, p. 210.



- Energia (meta de 1 a 5: energia elétrica, nuclear, carvão, produção de petróleo);
- Transporte (reequipamentos de estradas de ferro, pavimentação de estradas de rodagem, construção de estradas de rodagem, portos e barragens, marinha mercante, transportes aéreos- metas 6 a 12);
- Alimentação (metas 13 a 18: trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura, fertilizantes);
- Indústria de base (meta de 19 a 29: aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, indústria de veículos motorizados, indústria de construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico);
- Educação (meta 30).
- Construção de Brasília, a meta síntese.⁵³

Na implementação desse projeto econômico, houve necessidade de grande quantidade de capitais, não importando sua origem, mas sim a possibilidade de execução do plano de Metas. Desta forma, optou-se pelo recurso ao capital estrangeiro, pois o Plano de Metas tinha dimensões superiores às reais possibilidades do país para realizá-lo.

O governo Kubitschek, através da instrução 113 da SUMOC⁵⁴, procurou atrair os investimentos estrangeiros (públicos e privados) para o país, incentivando os investidores e assegurando-lhes altos níveis de segurança e lucratividade, visando desenvolver áreas prioritárias da economia brasileira. Segundo CARDOSO,

"Dentro dos preceitos legais que regem a nossa política de capitais estrangeiros, continua o Brasil a dar ampla liberdade à transferência de lucros e dividendos de inversões diretas, pelo livre mercado de câmbio, ou de juros e amortizações de empréstimos de particulares a particulares. Além disso, asseguram-se estímulos fiscais, prioridade de cobertura e taxa mais favorável de câmbio aos financiamentos que concorrem para fortalecer a nossa infra-estrutura econômica, máxime aos aplicados em regiões menos desenvolvidas."⁵⁵

As prioridades para a entrada do capital e empresas estrangeiras, visando a consolidação do processo industrial no período de 1955 e 1961, foram facilitados, sendo o capital estrangeiro, neste período, utilizado em maior quantidade do que em qualquer outra época. "Dessa forma, o capital transnacional passou a assumir um papel decisivo no segundo estágio do processo de substituição de importações."⁵⁶

⁵³ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. cit., p. 210.

⁵⁴ SUMOC- Superintendência da moeda e do Crédito. Órgão criado em 17/01/1955 no governo Café Filho.

⁵⁵ CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do desenvolvimento. Brasil- JK e JQ, p.168.

⁵⁶ BRUM, Argémio J. Op. cit., p.244.

O levantamento desses recursos se deu com a mobilização do estado, da iniciativa privada nacional e internacional e através da política de instalação no Brasil de indústrias específicas, como a automobilística, além do financiamento de entidades como o Instituto Mobiliare Italiano e o Assurance Crédit.⁵⁷

Para CARDOSO, em âmbito nacional, o governo federal procurou o apoio das forças nacionais através da participação do estado na economia e de sua relação com o setor privado, facilitando e estimulando também atividades e investimentos desse setor. Segundo ainda essa autora, “A intervenção governamental para o desenvolvimento corresponde a uma redistribuição, já que o governo opera com a poupança coletiva, em favor da expansão do capital privado, entendida como mola principal do processo de desenvolvimento que trará benefícios coletivos.”⁵⁸

O setor exportador foi aumentado e diversificado, procurou-se abrir novos mercados para os produtos, destacando-se a valorização que o café sofreu mediante a política econômica Juscelinista. Dessa forma, houve um incentivo às exportações e restrição às importações, o que era necessário para manter a balança comercial favorável. As importações foram limitadas apenas a “bens de capital e matérias-primas necessárias a expansão das indústrias, numa forma de reduzir os gastos em benefício da capitalização interna.”⁵⁹

Nesse contexto, é preciso considerar que todos esses esforços visando a acumulação interna de capital tinham como objetivo final a aceleração da industrialização, o que foi efetivamente conseguido.

Os ramos que mais cresceram foram aqueles em que a participação do capital estrangeiro dominou. Em 1960, esses ramos eram os seguintes, como pode ser observado na tabela abaixo:

⁵⁷ CARDOSO, Miriam Limociro. Op. cit., p. 188.

⁵⁸ Ibid., p. 204.

⁵⁹ Ibid. p. 209 - 213.

Tabela 2

Setores que mais cresceram no ano de 1960

Alimentos e Bebidas.....	35%	Veículos a Motor.....	100%
Papel e Celulose.....	30%	Mineração.....	20%
Farmacêutica.....	86%	Alumínio.....	48%
Química.....	48%	Vidro.....	90%
Siderúrgica.....	17%	Cimento.....	15%
Máquinas.....	59%	Pneus(borracha).....	100%
Autopeças.....	62%	Indústria.....	31%

Fonte: FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira. p. 226.

Essa etapa da industrialização brasileira foi assim caracterizada pela entrada maciça de capital estrangeiro que, dominando de forma ampla, levou à desnacionalização de muitas indústrias.

Ao lado dessa desnacionalização da economia brasileira, ocorreu também um processo inflacionário crescente.

O governo federal recorreu aos fatores inflacionários através de:

- Os gastos inevitáveis com o ritmo acelerado das obras e, principalmente, a construção de Brasília;
- O declínio persistente dos preços (em dólares) de nossos produtos de exportação a partir de 1955;
- A super produção de café (os estoques invendáveis eram financiados pelo governo, isto é, o Banco do Brasil autorizava a corretagem em Nova York para comprar nosso próprio café) era a "exportação em consignação";
- Os empréstimos ao setor privado através do Banco do Brasil.
- O excesso de dispêndios públicos sobretudo reivindicações salariais sancionadas pelo congresso em nível superior à possibilidade de crescimento da receita pública.⁶⁹

⁶⁹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. cit., p.235.

Segundo BENEVIDES, “o recurso à inflação garantiu, em parte, o crescimento econômico do país,”⁶¹ ou seja, funcionava como forma de obter lucro e uma “poupança forçada”. Assim, um real combate à inflação iria contra os propósitos de desenvolvimento, já que passaria por uma diminuição da taxa de investimento, importante na obtenção de recursos. Com isso, acreditava-se em uma “inflação desenvolvimentista”, necessária ao progresso do Brasil.

Mas, a partir de 1958, os altos índices inflacionários mostravam-se reais para a população brasileira, através do alto custo de vida e desemprego. O governo federal procurou diminuir o descontentamento social através de um programa de estabilização monetária, restringindo o crédito e canalizando os recursos disponíveis aos setores fundamentais (infra-estrutura), dentro da programação do governo.⁶² As medidas anti-inflacionárias, porém foram tomadas apenas para amenizar as reações populares. A racionalização de recursos não deixou de privilegiar o papel industrializante no desenvolvimento do país.

Desta forma, a industrialização foi conseguida, mas o desenvolvimento era uma realidade restrita apenas a uma determinada área (o Sudeste) que, desde o início, foi privilegiada. Com isso, os desequilíbrios regionais (econômicos e sociais) não foram superados, pelo contrário, acentuaram-se com a permanência da estagnação das demais regiões do país, devido à forte concentração econômica que se consolidava à medida em que o processo industrial avançava.

⁶¹ Ibid. . p.235.

⁶² CARDOSO, Miriam Limoeiro. Op. cit., p. 215-216.

~~MA~~ *Suzigan*

3- A INDÚSTRIA QUÍMICA E A MODERNIZAÇÃO SALINEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE.

3.1- A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA QUÍMICA.

Como vimos no capítulo anterior, especialmente na tabela número 2, o ramo industrial químico esteve entre aqueles que mais cresceram em consequência da política econômica do governo Juscelino Kubitschek, ocupando o 6º lugar, juntamente com o de alumínio, entre os diferentes ramos industriais, em 1960.

O desenvolvimento da indústria química brasileira por muito tempo foi retardado, principalmente no que se refere à fabricação de produtos químicos a partir de matérias-primas minerais, pois havia uma grande dependência da matéria-prima importada (enxofre, nitratos, álcalis, barrilha, cloro). Segundo SUZIGAN, essas matérias-primas existiam no país, mas eram na maior parte inacessíveis.⁶³

Com a interrupção nas relações comerciais em 1914, decorrente da primeira guerra mundial, a importação das matérias-primas para a indústria química foi dificultada. Assim, a produção nacional foi estimulada a desenvolver-se e, em 1918, a indústria química expandiu-se com base na produção principalmente da soda cáustica.⁶⁴

O governo federal incentivou, naquele ano, a implantação de empresas para produzir a soda cáustica a partir de um processo chamado “eletrolítico”, que se utilizava de elementos como o sal, produto abundante no Brasil.⁶⁵ A concessão de empréstimos então feita pelo governo, atraiu inúmeras empresas, mas a produção limitou-se apenas à soda cáustica.

De 1918 à 1930, a indústria química expandiu-se ainda mais com o desenvolvimento de outras indústrias como a de papel, de sabão, de vidro e de óleos vegetais, que utilizavam produtos químicos, principalmente os ácidos. Dessa forma, nesse período ocorreu também uma diversificação, da produção, pois, além da soda cáustica e

⁶³ SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. p.307.

⁶⁴ *Ibid.* . p.308.

⁶⁵ *Ibid.* . p.308.

seus subprodutos, passaram a ser fabricados ácidos comerciais(ácido sulfúrico, acético, nitrato, clorídrico), apesar de a matéria-prima continuar sendo importada.⁶⁶

Somente na década de 1950, é que houve um real aumento e diversificação em grande escala do setor químico, como resultado da política econômica deste período que, como foi visto no segundo capítulo, beneficiou a industrialização brasileira. Segundo SINGER, neste período a produção industrial aumentou 11,9% em média por ano, e um dos setores que se destacou foi a indústria química, com 16,7% de aumento ao ano.⁶⁷

Foi a implantação da indústria petroquímica nesse período que alavancou o processo de desenvolvimento e diversificação do setor químico. Esta indústria iria necessitar de sal em abundância para a sua produção de cloro. Como resultado, a expansão da indústria química implicou de imediato numa demanda da produção brasileira de sal, que constituiu matéria-prima para 103 dos 155 principais produtos dessa indústria.⁶⁸

Frente a este quadro de demanda, no Rio Grande do Norte(grande produtor de sal), a produção passou a ser repensada. Em 1960, um jornal do estado(A República), publicou uma reportagem que evidenciava o dinamismo da indústria química responsável por uma parcela significativa do cloreto de sódio no Brasil, e a necessidade de capacitação do parque salineiro potiguar para atender à demanda do produto pela indústria química. A produção norte-rio-grandense teve que ser redefinida em suas relações com o mercado, pela adição de formas de produção que permitissem maior produtividade, num momento de elevado ritmo de crescimento da economia brasileira.⁶⁹

Nesse contexto, o desenvolvimento da indústria química foi importante pois levou a uma maior expansão do parque salineiro do Rio Grande do Norte. A não satisfação dessa demanda pelo estado, teria como consequência uma possível falência da atividade salineira no Rio Grande do Norte, caso o Brasil tivesse que recorrer a importação do sal para suprir a sua indústria química.

⁶⁶ Ibid. . p.311.

⁶⁷ SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil: uma experiência do desenvolvimento*. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. p. 225.

⁶⁸ CARVALHO, José Victor. et. all. Apud. SOUSA, Márcia M. Lemos de. *A política econômica salinera e o Rio Grande do Norte*. p. 36.

⁶⁹ A República. 11. Fev. 1960.

3.2- A MODERNIZAÇÃO DA ATIVIDADE SALINEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE E SUAS TRANSFORMAÇÕES.

Mediante o desenvolvimento da indústria química que causou uma maior demanda de sal, o Rio Grande do Norte teve que aumentar sua produção salineira. No entanto, a atividade salineira no estado era realizada em meio a muitas dificuldades. Para SOUSA,

"O início da década de 1960 não foi promissor para a indústria de sal no estado potiguar, pois as grandes enchentes do ano de 1961, que atingiram o parque salineiro de Arcaia Branca e Mossoró, provocaram a enorme perda de 350.000 toneladas de sal; correspondente a metade das reservas do país."⁷⁰

O sistema de produção do sal existente no estado, utilizando técnicas produtivas rudimentares, era vulnerável frente a fatores de ordem natural, o que ocasionava a escassez do produto no abastecimento industrial e alimentício do Brasil. Isto implicava na necessidade de recorrer à importação de países como o México, a Bolívia e a Alemanha, para que se pudesse suprir a necessidade do produto a nível nacional.⁷¹

Apesar dessa precariedade das condições de produção no Rio Grande do Norte, a comercialização do sal constituía um importante fator para a obtenção de recursos para o estado, contribuindo na formação da renda e na arrecadação de impostos imediatos.⁷²

Dessa forma, o Rio Grande do Norte se viu frente à necessidade de modernizar sua atividade extrativa salineira, objetivando a melhoria da produtividade e do lucro, impulsionado, principalmente, pela indústria química do Sul do país.

A modernização do parque salineiro potiguar consistiu em um primeiro momento no aperfeiçoamento do processo produtivo do sal. Num segundo momento seria modernizado o sistema de transporte.

No primeiro momento, que corresponde à modernização das salinas, com base na mecanização, os empresários do setor foram levados a buscar saídas para essa modernização. Segundo SOUSA, a crise do setor e a falta de recursos por parte dos

⁷⁰ SOUSA, Márcia M. Lemos de. A política econômica salineira e o Rio Grande do Norte. p.109.

⁷¹ Ibid. . p. 77.

⁷² A República. 11. Fev. 1960.

salineiros para mecanizar suas empresas, obrigou estes a procurar ajuda com investidores estrangeiros. A instalação de multinacionais, decorrente desse processo, acarretou o desaparecimento de antigas empresas.⁷³

A falência de alguns pequenos e médios produtores locais implicou num processo de desnacionalização que, no Brasil, como foi visto no capítulo anterior, ocorreu em vários setores industriais em desenvolvimento. Isso transformou as empresas de sal no Rio Grande do Norte, que antes dispunham apenas de recursos nacionais. Instalaram-se no estado os grupos Morton Norwich Products Inc. (americano), Wora Lage (italiano) e Akzo (holandês), dentre outros grupos nacionais carioca, paulista e norte-riograndense. Os três grupos estrangeiros, citados acima, absorveram quarenta e uma empresas, ou seja, 46% de um total de 93 empresas agrupadas, como pode ser observado na tabela abaixo :

Tabela 3

Rio Grande do Norte: número de salinas por empresas em 1969.

Nome da empresa	Número de salinas agrupadas
Cirne(holandês).....	26
Sosal(americano).....	11
H. Lage(italiano).....	04
SOUTO → F. Solto(RN).....	14
C. Comércio(paulista).....	10
Paulo Fernandes(RN).....	05
Jorge Monte e Miguel Monte(RN).....	05
Pereira Bastos(RJ E RN).....	04
Subtotal.....	79
Fco. Medeiros(RN).....	03
Mário Carvalho(RN).....	03
Luiz X. da Costa(RN).....	02
Adelino H. Silveira(RN).....	02
Geomar C. Sá(RN).....	02
Cosme Rodrigues(RN).....	02
Subtotal.....	14
Total geral das salinas agrupadas.....	93

Fonte: FERNANDES, Geraldo de Margela. O sal economia em questão. p.40.

⁷³ SOUSA, Márcia M. Lemos de. Op. cit. . p. 118.

Para as pequenas e médias empresas, uma das saídas para sobreviverem à concorrência dos fortes grupos foi o agrupamento de duas, três ou quatro empresas.⁷⁴

As empresas tiveram ajuda governamental para ^{DM}conseguir os recursos necessários à modernização, através dos incentivos da SUDENE.⁷⁵ SOUSA afirma que, até mesmo as multinacionais utilizaram-se desses incentivos. Segundo ela, “os incentivos fiscais conhecidos como 34/18 induziram os investimentos internacionais para a região Nordeste, facilitando dessa forma a sua penetração no parque salineiro potiguar.”⁷⁶

Pois ter
explorado
o 34/18

Em 1960, o jornal A República informou:

“Foi assinado há pouco, contrato entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e a Companhia Comércio e Navegação pelo qual o BNDE concede o aval a essa empresa para a consecução de financiamento no estrangeiro destinado à importação de equipamentos para a mecanização da produção, colheita, empilhamento e embarque do sal nas salinas Unidas do Rio Grande do Norte. Consta que o aval é de 3 milhões e 500 mil marcos alemãs e possibilitará a mecanização capaz de aumentar substancialmente a produção e reduzir os custos, além de permitir a exportação do sal para o exterior.”⁷⁷

A empresa beneficiada (Companhia Comércio e Navegação), estava sob o controle do grupo holandês Akzo, que possuía vinte e seis salinas sob o seu comando no Rio Grande do Norte.

A modernização do transporte do sal foi uma necessidade que acompanhou a mecanização das salinas, pois o transporte era também realizado de forma rudimentar, utilizando-se de alvarengas.⁷⁸ A construção do porto-ilha em 1971, no município de Areia

⁷⁴ FERNANDES, Geraldo de Margela. O sal . economia em questão. p.40.

⁷⁵ SUDENE- Superintendência do desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959 no governo de Juscelino Kubitschek.

⁷⁶ SOUSA, Márcia M. Lemos de. Op. cit. , p.119.

⁷⁷ A República. 28. Jan. 1960

⁷⁸ COSTA, Ademir Araújo da. Tecnologia e desemprego: o caso da região salineira de Macau. p. 79.

Alvarengas eram embarcações de ferro e alvarengueiros eram as pessoas que trabalhavam transportando o sal das salinas para os navios.

Branca, viria agilizar o escoamento do sal, para que houvesse um real proveito da produção desse produto com a mecanização das salinas.

No dizer do deputado Federal Antônio Florêncio de Queiroz em 1972, a construção desse terminal seria de grande importância pois reduziria o custo do frete, graças à redução do tempo de carregamento e à dimensão dos navios utilizados. Essa redução, que atingiria entre 54 a 56%, se fossem utilizados graneleiros de 20 mil toneladas, segundo o deputado, ofereceria condições de colocar o sal nos grandes centros consumidores a preços internacionais.⁷⁹

O financiamento para a construção desse terminal foi proveniente do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e do Banco americano Eximbank.⁸⁰

Os incentivos do governo federal para promover a modernização do parque salineiro do Rio Grande do Norte não foram destinados a todos os produtores de sal do estado. À falta de recursos indispensáveis à complementação da parte não financiada por parte de alguns pequenos e médios produtores, juntou-se a dificuldade de acesso ao financiamento. Isso fez com que apenas as grandes empresas fossem beneficiadas, permitindo que concentrassem a produção e o transporte do sal, com a exclusão das pequenas empresas.⁸¹

Com a mecanização da atividade salineira houve um grande aumento da produção. Segundo FERNANDES,

“Reconhecemos que a introdução dos novos métodos e das novas técnicas na obtenção do sal elevou a produtividade das salinas. Pelo processo de produção manual se obtinha 52.7 kg de sal por m²/ano. pelo processo moderno esta produtividade cresceu para 300 kg por m²/ano. havendo conseqüentemente um enorme barateamento da produção chegando a uma redução de até 70% em relação aos custos exigidos pelo processo manual.”⁸²

⁷⁹Diário de Natal, 11. out. 1972.

⁸⁰COSTA, Ademir Araújo da. Op. cit. . p.83.

⁸¹ SOUSA, Márcia Maria Lemos de. Op. cit. . p.128.

⁸² FERNANDES, Geraldo de Margela. Op. cit. . p.41.

Verificou-se não só o aumento da produção, mas também da qualidade do produto. Esses avanços produtivos porém, causaram a liberação de um enorme contingente de mão-de-obra. Segundo esse mesmo autor, “no período de 1968 e 1970, foram despedidos 45.000 operários de suas atividades nas salinas tradicionais.”⁸³

A atividade salineira no Rio Grande do Norte empregava uma grande parcela de trabalhadores que dependiam dessa atividade para obter recursos para a sua sobrevivência. Assim, as regiões produtoras do estado, como Macau e Mossoró, tiveram suas salinas mecanizadas, mas passaram por um processo de empobrecimento do povo e do município, devido ao desemprego em massa de sua população.⁸⁴

A indústria de sal no Rio Grande do Norte empregava dois tipos de trabalhadores: aqueles que ^{se} dedicavam-se apenas ao trabalho nas salinas, e moravam no município salineiro; e os que trabalhavam nas salinas e na agricultura e por isso viviam em constantes deslocamentos do litoral(salinas), para o interior(agricultura). Estes últimos foram menos atingidos com a mecanização da atividade salineira por possuir outro meio de trabalho.

Macau era um município que tinha maior parte dos trabalhadores do sal dedicando-se apenas a esta atividade. Contudo, ao término da safra do sal, ficavam sem emprego no município formando um grande “exército de reserva”.⁸⁵ Segundo COSTA, o impacto maior de desemprego se deu com a modernização do transporte do sal, pois os trabalhadores deste setor dedicavam-se apenas a esse trabalho.⁸⁶

Em nenhum momento, no processo de instalação da mecanização, houve por parte dos empresários, como também das autoridades locais e regionais, a preocupação com as conseqüências sociais desse processo sobre a população e a própria economia local. O trabalho nas salinas, que funcionava para muitos como uma das estratégias de sobrevivência, tornou-se o emprego de poucos especializados que passaram a dividir o seu trabalho com a máquina.

⁸³ Ibid. . p.41.

⁸⁴ SOUSA, Márcia Maria Lemos dc. Op. cit. . p.135.

⁸⁵ COSTA, Ademir Araújo da. Op. cit. . p.49.

⁸⁶ Ibid. . p.100.



Diante da crise social, o governo foi obrigado a tomar decisões imediatas para empregar os ex-trabalhadores do sal. Dentre as medidas tomadas, houve o processo de aposentadoria dos trabalhadores pelo Funrural e Previdência social (IAPAS); a criação de uma cooperativa de pequenos e médios produtores de sal, para que pudessem empregar 50% do pessoal desempregado; os deslocamentos de trabalhadores para a área da rodovia transamazônica, então em construção; a solicitação do sindicato de pagamento do FGTS aos trabalhadores; a criação das vilas rurais na Serra do Mel para transformar o trabalhador de salina em agricultor; a criação do projeto camarão, com objetivo de usar as pequenas salinas e mangues para a criação de crustáceos.⁸⁷

Essas alternativas não tiveram o êxito que se esperava, devido à falta de empenho por parte do próprio governo do estado, fazendo com que o trabalhador desempregado migrasse para outras cidades do Rio Grande do Norte e para a região Sul e Sudeste do Brasil.

Foi aqui
base objeti
que
sempre
criação
as vilas
rurais.

⁸⁷ SOUSA, Márcia Maria Lemos de. Op. cit., p. 140-143.

O aumento da produção de sal no Rio Grande do Norte, proporcionado com a mecanização, conseguiu evitar que o Brasil importasse o sal de outros países produtores, evitando ainda, a falência da produção norte-rio-grandense. Mas, por outro lado, não houve a preocupação com os pequenos produtores, assim como os trabalhadores do sal.

Esse mesmo processo porém, causou a falência de muitos produtores locais e ocasionou a desnacionalização da indústria de sal potiguar. Acelerou ainda, a pobreza e a desigualdade social no Rio Grande do Norte, com o aumento do desemprego, já que muitos operários que trabalhavam na produção e transporte do sal foram substituídos pela máquina.

BIBLIOGRAFIA

- A'RBOCZ, I.I.L. **Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte.** Natal: ed. Universitária, 1986.
- BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro.** 18.ed. Petropolis: Vozes, Ijuí, RS: ed. Unijui, 1988.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970).** São Paulo: Global, 1985.
- CARDOSO, Miriam limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento: Brasil JK e JQ.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- COSTA, Ademir Araújo da. **Tecnologia e desemprego: o caso da região salineira de Macau - RN.** Natal: UFRN, 1993.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 22. ed. São Paulo: ed. Nacional, 1987.
- FAUSTO, Boris. (Dir.). **História geral da civilização brasileira.** 2. ed. São Paulo: Difel, 1986. t.3, v.4.
- FERNANDES, Geraldo de Margela. **O sal: economia em questão.** Natal: UFRN/CCHLA, 1995. (coleção mossoroense, v. 851).
- GAREIS, Maria da Cruz Santos. **GUIA** A expansão cafeeira e a modernização da economia brasileira. **Raizes**, Campina Grande, ano 10, n.8, p. 89-111, Jan./dez. 1991.

LOPEZ, Luís Roberto. **História do Brasil Contemporâneo**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1983.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. **História econômica**. São Paulo: Sugestões literárias, 1982.

MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Brasil em perspectiva**. 15. ed. São Paulo: Difel, 1985.

MEDEIROS, Tarcísio. Aspecto geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

PRADO Jr. Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SOUSA, Márcia Maria Lemos de. **A política econômica salineira e o Rio Grande do Norte (1965-1974)**. São Paulo: PUC, 1988.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte: do século XVI ao XX**. Natal: Clima, 1994.

SOUSA, Itamar de. **A república velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Natal: CEGRAF, 1982.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FONTES

A REPÚBLICA, Natal, 11 Fev. 1960.

A REPUBLICA, Natal, 28 Jan. 1960.

*mas está
em questão
o título*

DIÁRIO DE NATAL, 11 Out. 1972.